

A perspectiva de futuro no contexto da adolescência em acolhimento institucional¹

The future perspective in the context of adolescence in institutional shelter

Cláudia Yaísa Gonçalves da Silva²

Ivonise Fernandes da Motta³

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre como a perspectiva de futuro tem incidido nos adolescentes em acolhimento institucional. Realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos científicos e livros, utilizando-se os aportes psicanalíticos de D. W. Winnicott para a reflexão teórica. A perspectiva de futuro foi pensada pela noção de esperança, indicando a busca pela reparação de lacunas impostas pelo ambiente provedor. Os conceitos de esperança e regressão são centrais para evidenciar a possibilidade de retomada do amadurecimento saudável. Verificou-se que a esperança e a perspectiva de futuro são fatores protetivos nessa população. Também a manutenção do convívio familiar e comunitário, os vínculos afetivos na instituição e o vislumbre profissional favorecem a crença em um futuro construtivo, podendo ser moderadores dos impactos negativos.

Palavras-chave: Adolescência; Acolhimento Institucional; Psicanálise; Winnicott, Donald Woods.

Abstract

This article aims to reflect on how the future perspective has focused on adolescents in institutional shelter. A bibliographical review of scientific articles and books was performed, using D. W. Winnicott's psychoanalytical contributions for theoretical reflection. The future perspective was conceived by the notion of hope, indicating the search for the repair of gaps imposed by the provider environment. The concepts of hope and regression are central to highlighting the possibility of resuming healthy maturation. Hope and future prospects were found to be protective factors in this population. The maintenance of family and community life, the affective bonds in the institution and the professional glimpse also favor the belief in a constructive future and may be moderators of negative impacts.

¹ Este trabalho integra a pesquisa de Doutorado realizada no Programa de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

² Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Contato: claudia@psico.life

³ Professora Livre Docente do Departamento de Psicologia Clínica Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Contato: ivonise.motta@gmail.com

Key-words: *Adolescence; Institutional Shelter; Psychoanalysis; Winnicott, Donald Woods.*

1. Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ofereceu um direcionamento legal para os serviços de acolhimento, no que tange as práticas adequadas de atendimento e cuidado a crianças e adolescentes. Nessa direção, a Lei da Adoção, n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, além de confirmar a legitimidade do ECA, deu visibilidade a alguns aspectos, como o direito ao convívio familiar e comunitário, a ampliação do conceito de família e a reafirmação da condição provisória da medida protetiva de institucionalização. Mais recentemente, a Lei n. 13.509, publicada em 22 de novembro de 2017, incorporou novas alterações ao ECA, como o estabelecimento de novos prazos para o acolhimento institucional, além de outras regras para promover celeridade ao processo de adoção.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida protetiva prevista no ECA, o qual foi disposto pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Esta medida protetiva é aplicável nas situações em que os direitos reconhecidos em Lei forem ameaçados ou violados, ou seja, quando o indivíduo estiver em situação de vulnerabilidade, risco ou violação à sua integridade. O acolhimento institucional deve ter o caráter provisório e excepcional, sendo acionado com a intenção de oferecer a proteção integral da criança e do adolescente no período em que estes indivíduos aguardam a reintegração ao contexto familiar. Quando a reintegração familiar não for possível, a autoridade judiciária decretará a colocação em família substituta, a qual poderá ser realizada mediante guarda, tutela ou adoção (Lei nº 8.069, 1990).

No ECA está estabelecido que a situação de toda criança ou adolescente que estiver em programa de acolhimento familiar ou institucional deverá ser reavaliada no máximo a cada 3 meses (Art. 19, § 1) e que o período de permanência em acolhimento institucional não deve ultrapassar 18 meses, exceto em casos de necessidade comprovada (Art. 19, § 2, Lei nº 8.069, 1990). Contudo, no Brasil, os adolescentes em situação jurídica definida, quando houve a destituição do poder familiar, tendem a ter menos chances de colocação em família substituta. Dados do Cadastro Nacional de Adoção evidenciam que o número de candidatos habilitados para a adoção é menor conforme a idade da criança/adolescente aumenta, pois a maioria dos pretendentes a adoção preferem crianças com até 4 anos (Mastroianni, Sturion, Batista, Amaro, & Ruim, 2018).

De acordo com o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, a maioria dos indivíduos em situação de acolhimento são do sexo masculino, sendo que no estado de São Paulo há 12.871 acolhidos. Com relação à espera para a adoção, o Cadastro Nacional de Adoção mostra que a maioria dos indivíduos também é do sexo masculino e na região Sudeste existem 4.170 crianças/adolescentes cadastradas para adoção, dos quais 2.087 são pardos, 1.119 são brancos, 952 são negros, 11 são amarelos e 1 indígena. Comparando-se a idade, os dados gerais evidenciam que os maiores números de cadastrados aguardando adoção possuem 15 anos (730) e 16 anos (723) e o menor número são crianças com menos de 1 ano (299) (Conselho Nacional da Justiça, s/d).

Em relação aos pretendentes habilitados à adoção na região Sudeste, 20.617 aceitam crianças/adolescentes da raça branca, 19.031 da raça parda, 12.947 da raça amarela, 12.807 da raça negra e 12.546 da raça indígena. No que diz respeito à faixa etária, o relatório nacional revela que o maior número de pretendentes aceitam crianças de até 3 anos (8.197 pretendentes) e 5 anos (7.136 pretendentes) e os menores números estão para a adoção de adolescentes, com destaque para indivíduos de 16 anos (73 pretendentes) e 17 anos (72 pretendentes) (Conselho Nacional da Justiça, s/d).

Dentre o perfil dos adolescentes em acolhimento institucional, estudos revelam que há uma tendência aos acolhidos serem do sexo masculino e com mais idade, como aponta uma pesquisa em 11 unidades de acolhimento na baixada Santista, cuja maioria dos adolescentes estavam na faixa etária de 15 a 17 anos (Brito, Schoen, Marteleto, & Oliveira-Monteiro, 2017). Nos serviços para pessoas em situação de risco, Acioli, Barreira, Lima, Assis e Lima (2019) também encontraram uma predominância do sexo masculino, mais velhos (15 a 18 anos), sem destituição do poder familiar, que possuíam envolvimento com psicotrópicos e histórico de frequentes reentradas nos serviços. Já a maioria dos adolescentes de 12 a 14 anos se encontravam em unidades para pessoas em situação de violência e abandono, possuindo menor reentrada nos serviços.

O tempo médio de acolhimento também é um dado relevante. 31% dos adolescentes da amostra da baixada Santista, de 12 a 17 anos, estavam acolhidos a mais de 2 anos, o que contraria as especificações do ECA (Brito et al., 2017). Já no estudo de Acioli et. al (2019) o tempo de acolhimento era de até 6 meses para ambos os grupos, sendo que para os adolescentes em situação de risco, a evasão da instituição pareceu refletir no pouco tempo de permanência em acolhimento.

Pode-se pensar que o afastamento do contexto familiar e o encaminhamento a um serviço de acolhimento, ainda que seja acionado como uma medida protetiva, pode ser

sentida como uma experiência de ruptura com os vínculos anteriores, com o meio e as figuras de referência. O modo como cada pessoa vivenciará o período institucional dependerá de vários fatores, como a manutenção dos vínculos familiares, relações afetivas estabelecidas dentro da instituição, histórico de acolhimento, presença de irmãos na unidade, entre outros (Álvares & Lobato, 2013; Rodrigues, Gava, Sarriera, & Dell'Aglio, 2014). Aponta-se que a função dos cuidadores e a qualidade do vínculo estabelecido são pontos essenciais para o oferecimento de suporte e segurança em um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável, favorecendo que a instituição de acolhimento atue como um ambiente substitutivo que proverá recursos materiais e apoio afetivo às crianças e adolescentes, enquanto estes aguardam a decisão judicial (Lemos, Gechele, & Andrade, 2017).

Conforme o ECA, a inserção da criança ou adolescente em programa de acolhimento familiar será preferencial ao acolhimento institucional (Art. 34 § 1, Lei nº 8.069, 1990). Assim, quanto à realidade dos adolescentes que se encontram nos serviços de acolhimento, alguns caminhos são possíveis: o retorno à família de origem, o direcionamento a uma família substituta ou a permanência em acolhimento institucional até o alcance da maioridade. Uma das problemáticas frequentemente abordadas pelos profissionais que atuam nos serviços institucionais e pelos próprios adolescentes, diz respeito ao futuro. Portanto, algumas questões são levantadas: o que esperar do futuro? Quais as expectativas, receios e impasses? Os adolescentes são estimulados a pensar no período após a instituição? Os adolescentes se sentem preparados a assumir a vida após a instituição? A partir dessas inquietações se levanta a hipótese de que favorecer a reflexão e o diálogo sobre o próprio futuro, insere-se dentro do campo das ações de promoção e prevenção em saúde mental para os adolescentes em situação de acolhimento. Esta visão é reforçada por autores que destacam como fatores protetivos para o desenvolvimento humano, a expectativa de futuro na adolescência (Fonseca, 2017), assim como a manutenção da esperança nos indivíduos em situação de acolhimento (Paludo, Mazzoleni, & Silva, 2018).

Assim, o objetivo deste trabalho foi refletir como a perspectiva de futuro tem incidido nos adolescentes em acolhimento institucional, a partir de uma revisão bibliográfica com o levantamento de pesquisas e artigos científicos que abordam a temática. Para a reflexão teórica, utilizou-se como referencial norteador a Teoria do Amadurecimento Emocional de D. W. Winnicott. Vale indicar que neste estudo a perspectiva de futuro foi pensada em articulação com a noção de esperança em Winnicott.

2. Vivência em Acolhimento Institucional

O ECA promoveu importantes conquistas à proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, os quais passaram a fazer parte do âmbito de prioridades das políticas sociais. Ainda que o Estatuto estabeleça significativas diretrizes visando a articulação entre a União, os estados e municípios na efetivação da política de atendimento a crianças e adolescentes, identifica-se certas diferenças em sua execução. No território nacional é possível encontrar municípios onde há uma discrepância entre o que se apresenta na prática e as normativas legais para o cumprimento da medida protetiva. Por exemplo, número elevado de crianças e adolescentes acolhidos por unidade, instituições homogêneas que separam irmãos, instituições que não se estruturam na forma de uma casa lar e envio de acolhidos do interior para a capital dificultando as visitas e convívio com os familiares (Souza & Brito, 2015). Dessa forma, é possível pensar que vários fatores combinados poderão incidir na qualidade da experiência que cada indivíduo vivenciará no contexto de acolhimento.

Rodrigues et al. (2014) encontraram índices de percepção de preconceito em adolescentes em acolhimento institucional, os quais se perceberam como integrantes de um grupo estigmatizado socialmente, cuja identidade social está atrelada à instituição. Os profissionais da unidade de acolhimento reconheceram que o sentimento de exclusão dos adolescentes possuía relação com o ambiente em que viviam. Porém, a maior percepção de preconceito não refletiu diretamente em índices mais baixos de autoestima, podendo sugerir que as unidades de acolhimento podem ser sentidas como ambientes fornecedores de proteção.

Um estudo comparativo entre três grupos infanto-juvenis compostos por indivíduos acolhidos, escolares e infratores encontrou que o grupo de acolhidos apresentou índices mais baixos de percepção do suporte familiar e na avaliação do autoconceito. Constatou-se que a percepção do suporte familiar estava associada ao conceito que o indivíduo possuía sobre si mesmo. Portanto, quando existe uma percepção positiva do suporte familiar, tem-se maiores chances de o indivíduo se reconhecer de forma positiva em relação às suas características e capacidades pessoais, familiares e sociais (Baptista, Rueda, & Brandão, 2017).

A avaliação do autoconceito também foi abordada ao se comparar um grupo de adolescentes em situação de acolhimento e outro sem esse histórico. As adolescentes

acolhidas apresentaram escores de autoconceito relativamente menores em relação ao outro grupo, notado na tendência a uma maior depreciação no conceito de si, nos domínios comportamental, intelectual, satisfação e felicidade. Porém, não foram apontadas diferenças significativas, pois os valores se mantiveram na média da escala. Assim, o não comprometimento do autoconceito pode ter concordância com fatores protetivos individuais, institucionais ou relacionais, evidenciando que “apesar de se revelarem menos satisfeitas ao nível comportamental e intelectual do que o grupo de não acolhidas, parecem sentir-se satisfeitas com a sua rede de suporte social/pares e apresentam uma percepção positiva da sua capacidade de estabelecer relações interpessoais adaptativas” (Magalhães & Lopes, 2011, p. 175).

Esses estudos apontam que quando comparados a outros grupos sem o histórico de acolhimento institucional, há uma tendência de os grupos em situação de acolhimento apresentarem respostas mais negativas em relação a percepção sobre as suas vidas. No entanto, faz-se importante reiterar que ainda que existam limitações, as instituições de acolhimento podem oferecer, para muitos adolescentes, a chance de experimentar vivências afetivas e relacionais positivas e com solidez, às vezes diferentes das anteriores, em certos casos marcadas pela incerteza e inconstância. Isso se justifica porque o acolhimento institucional possui como uma de suas funções, o oferecimento de condições que facilitem a estabilidade e a segurança das relações, ou seja, algo que se mantém e que tende a promover experiências que possam atuar de forma compensatória (Wendt, Dullius, & Dell’Aglio, 2017).

3. Adolescência, Perspectiva de Futuro e Esperança

A etapa da adolescência traz em si mudanças biológicas, psicológicas e sociais. O adolescente se encaminha cada vez para as conquistas de autonomia que o aproximam do mundo adulto, assumindo responsabilidades e sendo convidado a se posicionar a partir de um novo lugar, uma identidade em construção que conjuga as expectativas advindas dos outros, com a imagem que o indivíduo tem de si (Erikson, 1971). Para o adolescente, a vivência em uma unidade de acolhimento pode ser pensada como um período de espera perante a decisão do poder judiciário sobre o seu futuro, deixando em aberto a expectativa do que está por vir, podendo ser o retorno à família de origem ou a tentativa de colocação em família substituta. Quando esta última não se torna uma opção, a espera tende a ser o alcance da maioridade com a saída da instituição de acolhimento.

A aproximação feita neste trabalho é em relação aos aspectos que unem a expectativa de futuro e a capacidade de manter a esperança. Paludo et al. (2018) compreendem que “a esperança está estreitamente ligada à capacidade do indivíduo de fazer planos e de colocá-los em prática e acreditar na sua realização” (p. 79), além de ser um importante fator de proteção para adolescentes que foram expostos a eventos estressantes.

A esperança disposicional foi avaliada em 25 adolescentes de casas de acolhimento. Constatou-se a manutenção do estado de espera, notado pela constante expectativa dos adolescentes frente às decisões do poder público diante das suas vidas. O estado de espera não indicou falta de esperança e nem inseriu prejuízos para a expressão de esperança nos participantes; ainda que o escore tenha sido um pouco abaixo do que a média dos adolescentes sem afastamento do convívio familiar e sem a experiência do acolhimento institucional. Uma hipótese para este resultado é a preservação dos vínculos comunitários, a partir de diversas atividades externas. Também foi evidenciado uma perspectiva positiva sobre o futuro, verificada na capacidade de os adolescentes acreditarem ser possível o enfrentamento das dificuldades e a construção de alternativas frente à realidade. Porém, ainda que tenham esperança, os participantes indicaram se sentir sozinhos nesse percurso, o que pode estar ligado às escassas visitas recebidas e ao pouco contato com os familiares (Paludo et al., 2018).

Uma questão a ser pensada é o impacto do acolhimento institucional para os adolescentes. Este tópico foi levantado junto a adolescentes em acolhimento e se percebeu que mesmo com o afastamento do âmbito familiar, os participantes apresentaram uma percepção positiva das instituições, além de manterem reflexões sobre o futuro, desejo de construir uma identidade social, ter sucesso, constituir família e ter alcances profissionais. Foi citado o interesse de manter o vínculo com a família e poder oferecer ajuda a esta. Evidenciou-se que os adolescentes mantinham o convívio familiar (visitas) e comunitário (escola, praça, igreja). Os fatores de risco para o desenvolvimento estavam ligados à dificuldade escolar (repetência) e os fatores protetivos aludiam ao otimismo em relação ao futuro (Fonseca, 2017).

Estes estudos assinalam o quanto os vínculos familiares e/ou comunitários podem ser fatores moderadores dos impactos negativos do afastamento familiar, facilitando a manutenção da esperança e de expectativas de futuro construtivas e promissoras. Contudo, nem sempre os vínculos externos à instituição de acolhimento são mantidos de forma frequente e presente.

A repercussão da fragilidade dos vínculos familiares é ressaltada em estudo com adolescentes acolhidas devido a abuso sexual incestuoso. Notou-se que as adolescentes se encontravam em situação de desamparo, justificado inicialmente pelo sentimento de desproteção familiar que não impediu o ato de violência, seguido do distanciamento familiar e abandono por parte das mães frente às necessidades das meninas. Verificou-se dificuldades nos relacionamentos sociais e amorosos, bem como de aproximação e confiança, aspectos que pareciam ser reforçados pelo distanciamento com a família. Ademais, não foram constatadas expectativas de futuro positivas. A incerteza sobre o futuro apareceu na dúvida frente o retorno ao contexto familiar ou a permanência no serviço de acolhimento, assim como na incerteza de ser possível ter vínculos afetivos que não causem sofrimento e sejam confiáveis. Nesta pesquisa as demandas emocionais e afetivas das participantes parecem também não ter encontrado apoio na instituição de acolhimento, reforçando a sensação de abandono (Carvalho & Stengel, 2018).

Como exposto anteriormente, a medida de acolhimento institucional é excepcional e provisória, sendo assim, alguns adolescentes estão em processo de reintegração familiar. Trata-se dos adolescentes investigados por Almeida e Morais (2016), que possuíam histórico de vivência em rua. A maioria dos participantes explicitaram a expectativa de saírem da situação de acolhimento, voltarem a residir com seus familiares e conseguirem trabalho como jovem aprendiz para ajudar nas despesas domésticas. A conquista de uma atividade remunerada foi citada pelos adolescentes e suas famílias como central para a obtenção de melhores condições de vida futura. A importância de um preparo profissional é apontada por alguns autores, principalmente quando se está diante da previsão de saída da instituição de acolhimento, de forma que o trabalho pode permitir ao jovem construir uma perspectiva de futuro sobre a sua vida (Cassarino-Perez, Córdova, Montserrat, & Sarriera, 2018; Fonseca, 2017).

A expectativa positiva dos adolescentes com histórico de rua parece ser justificada pelo ideal mantido frente ao contexto familiar, devido ao pouco contato com os entes e por terem sido institucionalizados ainda crianças, ficando, então, à parte da permanência da situação de vulnerabilidade familiar. Também sentimentos negativos apareceram revelando o medo, a insegurança e a ansiedade de encontrarem a mesma situação familiar que motivou o acolhimento. Constatou-se ainda que os adolescentes expressaram mais expectativas positivas quanto ao processo de reintegração familiar do que seus familiares e educadores (Almeida & Morais, 2016).

A expectativa de futuro positiva por parte dos adolescentes, ainda que na contramão do que por vezes é vislumbrado pela sociedade, pelos profissionais do serviço e mesmo pela família, ainda assim pode ser pensada como um recurso interno potente que motiva e impulsiona o indivíduo a acreditar na construção de mudanças em sua vida. Preocupante é quando o que se tem é indiferença ou desesperança, podendo estes serem indicadores de risco para o adolescente em acolhimento, o que contribui para a descrença em um futuro diferente que de fato faç� diferença. Nesse sentido, o contato com recorrentes dificuldades e desilusões ao longo da vida, pode introduzir um bloqueio na possibilidade de se pensar um futuro com boas possibilidades de realização, além de a desesperança ser um fator de risco a essa população (Barcelos, 2014).

Fernandes e Oliveira-Monteiro (2016) encontraram que a percepção pessoal frente ao contexto da instituição foi predominantemente de indiferença nos meninos e de negatividade nas meninas em situação de acolhimento. Os adolescentes de 11 a 14 anos tiveram percepção institucional mais negativa do que os mais velhos, de 15 a 18 anos, os quais revelaram maior indiferença. A indiferença apontada pelos mais velhos e há mais tempo na instituição é um dado relevante sobre os aspectos psicológicos e emocionais desses indivíduos. “Essa indiferença pode ser um importante sinal dos problemas emocionais desses adolescentes, como possível indicador de desesperança ou descontinuidade do uso de recursos psíquicos para enfrentar a situação e ter esperança de vida” (p. 87). Portanto, vale refletir o quanto a apatia, o desinteresse, a passividade e a indiferença, precisam ser percebidos com atenção por aqueles que lidam diretamente com essa população, pois estes comportamentos podem encobrir a falta de esperança e de perspectiva de futuro.

4. Esperança e regressão em Winnicott

Winnicott (1967/1994) oferece o entendimento de que a personalidade possui um curso de crescimento emocional permeado por uma tendência inata dos humanos no sentido do crescimento, bem como pela evolução pessoal, esta influenciada pela qualidade da provisão ambiental. Espera-se que esse processo se desenrole a partir da progressão da dependência absoluta para o rumo à independência. Nessa perspectiva, quando se instala uma doença de ordem mental, pode-se compreender que houve uma interrupção no desenvolvimento saudável. Portanto, enfatiza-se a importância da experiência que cada indivíduo teve com o ambiente cuidador, inicialmente sendo este a

mãe/substituta, no sentido de facilitar ou não o percurso do amadurecimento. Para Winnicott, uma criança que teve um ambiente suficientemente bom (mãe, pais, lar) tende a vivenciar a experiência de não ter sido expressivamente decepcionada.

As crianças médias têm a oportunidade de construir uma capacidade de acreditarem em si mesmas e no mundo: elas constroem uma estrutura sobre a acumulação da confiabilidade introjetada. Elas são desditosamente ignorantes de sua boa sorte e acham difícil entender aqueles entre seus companheiros que carregam consigo, durante toda a vida, experiências de impensável ansiedade e uma deficiência no setor da confiabilidade introjetada (Winnicott, 1967/1994, p. 153)

Em certos casos, o fracasso do ambiente frente aos cuidados ao indivíduo pode inserir uma cisão na pessoa, como a dissociação verdadeiro *self* e falso *self*. O fracasso na confiabilidade do ambiente, na condição de um evento traumático, pode desencadear ansiedades impensáveis, sofrimento intenso e por conseguinte conduzir a rupturas na continuidade pessoal, como, por exemplo, casos de esquizofrenia. O que se observa na prática clínica é que nessas situações, com frequência, a dependência inicial continua a ter significância para o indivíduo (Winnicott, 1967/1994). Nesta mesma direção Barcelos (2014) destaca que o desamparo, a falta de confiança e de esperança podem ser indicadores de falhas ambientais ocorridas em momentos ulteriores. Como consequência, pode-se ter um prejuízo ou bloqueio no curso do desenvolvimento emocional.

Neste ponto é válido acrescentar o conceito de regressão no pensamento winnictiano, o qual ajudará a pensar em possibilidades de retomada do amadurecimento saudável. Tem-se dois tipos de regressão, um que indica a retroação da pessoa na direção oposta ao desenvolvimento, na qual se percebe um bloqueio nos aspectos de crescimento pessoal; e um outro tipo que expõe a regressão em direção a uma nova provisão ambiental que favoreça a dependência. Este último caso ganha destaque no presente trabalho, a fim de delinear o quanto a regressão à dependência pode significar a retomada da confiabilidade no ambiente (Winnicott, 1967/1994).

Assim, é possível que o analista frente a um paciente com histórico de experiências iniciais não suficientemente boas, identifique que a condução do tratamento requer a adaptação às necessidades do paciente; ou seja, perceba o que o bebê no paciente necessita, oferecendo uma provisão ambiental especializada que facilite a confiabilidade abalada. Winnicott (1964/1994) evidencia que estes aspectos podem ser encontrados em pacientes mais enfermos, os quais podem se apresentar como bastante sensíveis às

mudanças de *setting*, por exemplo. Portanto, o analista precisa considerar que existe a possibilidade de o trabalho ser árduo, exigindo-se uma importante capacidade de investimento psicoenergético de sua parte.

Neste contexto, também é possível o analista, a partir do seu manejo, tornar-se um meio para o paciente, a fim de possibilitar a transformação de uma posição de retraimento para uma posição de regressão à dependência. Entende-se por retraimento um afastamento ou retirada do relacionamento consciente com a realidade externa, em algumas situações podendo ser manifestada como um breve sono. O paciente pode usar a sua experiência com o analista de forma construtiva para recuar a experiências emocionais anteriores e assim retomar o seu crescimento pessoal. Para Winnicott (1954/2000), perante pacientes não tão doentes, o analista tem a possibilidade de permitir uma regressão necessária momentânea ou de curto tempo. “Eu diria que *no estado de retraimento o paciente está dando uma sustentação para o eu*, e que se no momento em que o retraimento aparece *o analista consegue fornecer uma sustentação para o paciente*, então aquilo que teria sido um retraimento transforma-se em regressão” (p. 354).

Por esta perspectiva, Winnicott (1954/2000) esclarece que quando o paciente retorna de um estado de retraimento, em geral, nada se obtém de ganho em termos de mudanças internas. Em contrapartida, o estado de regressão favorece que se corrija uma adaptação inicial que foi falha ou não suficientemente boa. Portanto, é positivo que o analista desenvolva a capacidade de acolher a necessidade de regressão do paciente.

Pode-se refletir que quando o indivíduo transita por campos de desamparo, medo e desesperança, necessita de um ambiente que o ofereça certa provisão por meio do cuidado, da escuta e do acolhimento. Portanto, se o adolescente em vivência de acolhimento institucional reclama o seu desamparo ou a ausência de um ambiente suficientemente bom, pode ser que ali ainda reste a esperança de que um outro se disponha a olhá-lo com interesse e consideração (Barcelos, 2014).

Por esse viés, a perspectiva de futuro é pensada pela via da noção de esperança em Winnicott. A esperança entendida como uma força que tende a promover a integração do ego; o que leva a compreender que a capacidade de ter esperança indica que habita no indivíduo a possibilidade de ir em busca da reparação de lacunas impostas pelo ambiente em algum momento precedente, ou seja, acreditar que é possível retomar experiências emocionais positivas que porventura foram perdidas (Winnicott, 1986/1989).

Esta ideia reforça o entendimento de que no campo do acolhimento institucional é necessário atentar para as necessidades emocionais dos adolescentes, os quais, além das

inquietudes da faixa etária, também precisam enfrentar desafios ligados ao distanciamento do meio familiar, à vida na instituição, aos estigmas implicados nesse processo e em relação ao futuro. O adolescente que se mantém pensante, ativo, que contesta, questiona ou mesmo aquele que regride em busca de amparo e confiabilidade, pode dar indícios de uma esperança latente, uma crença de que é possível se deparar com um meio que traga suporte às suas necessidades, ou ainda, a esperança da construção de um futuro diferente, com boas experiências. Pois, conforme assinala Winnicott (1954/2000), aquele que abriga em si uma criança em desamparo pode não mais acreditar que seu gesto espontâneo será acolhido, de forma que o gesto fica sem resposta por parte do ambiente, assim como aconteceu na experiência inicial com o meio cuidador.

5. Considerações Finais

Este trabalho se propôs a refletir como a perspectiva de futuro tem incidido nos adolescentes em acolhimento institucional, entendendo que essa população é atravessada por diversos fatores que poderão ter impacto na autopercepção e na expectativa de futuro desses indivíduos. As pesquisas evidenciaram que cada pessoa vivenciará a experiência do acolhimento de forma particular, considerando a repercussão de fatores internos e externos para tanto. Possíveis fatores de risco ao desenvolvimento podem ser pontuados em adolescentes de instituições de proteção, ao se notar que a vivência em um ambiente anterior com eventos significativamente estressores, pode influenciar em expectativas de futuro mais baixas. Ainda foi identificado que a desesperança pode ser indicador de risco para o adolescente, contribuindo para a descrença em um futuro positivo.

Contudo, foram notados fatores protetivos nessa população, em especial a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, em acordo com o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Acrescenta-se que a construção de laços afetivos e de apoio com a instituição e seus profissionais, favorecem o reconhecimento dos serviços de acolhimento como potenciais lugares de confiança, ainda que provisórios.

Perante todas as reflexões tecidas neste trabalho, propõe-se a intervenção precoce junto aos adolescentes em situação de acolhimento, a partir do atendimento às suas necessidades emocionais e do acolhimento aos estados de regressão e dependência. Ressalta-se a importância de oferecer o suporte frente ao desamparo, de modo a possibilitar a retomada do amadurecimento saudável e o vislumbre das perspectivas de futuro. Sugere-se, ainda, a promoção de espaços que estimulem o diálogo e a reflexão

sobre o futuro pessoal, profissional e a vida após a instituição, podendo estes serem recursos que conduzem à autorreflexão, ao compartilhamento de sentimentos, vivências, em um ambiente partilhado, no qual se permita a ressignificação de conteúdos pessoais e o resgate da crença no viver.

Recebido em 24/06
Aprovado em 09/08

Referências

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C. de, Assis, S. G. de., & Lima, M. L. L. T. de. (2019). Tempo de acolhimento e características dos adolescentes acolhidos por tipo de serviços institucionais. Recife, Brasil, 2009-2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 553-562.
- Almeida, S. G. C. de. & Morais, N. A. de. (2016). Expectativas relacionadas à reinserção familiar: um estudo com adolescentes com histórico de situação de rua, familiares e educadores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(2), 508-528.
- Álvares, A. D. M. & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, 21(1), 151-164.
- Baptista, M. N., Rueda, F. J. M., & Brandão, E. M. (2017). Suporte familiar e autoconceito infantojuvenil em acolhidos, escolares e infratores. *Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 55-64.
- Barcelos, T. F. (2014). *A História da menina-morta: (des)esperança de adolescentes em situação de precariedade social*. Dissertação de Mestrado, Programa de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brito, E. S., Schoen, T. H., Marteleto, M. R. F., & Oliveira-Monteiro, N. R. de. (2017). Identity status of adolescents living in institutional shelters. *Journal of Human Growth and Development*, 27(3), 315-321.
- Carvalho, A. L. de. & Stengel, M. (2018). Família e instituições de acolhimento nos cuidados a adolescentes vítimas de incesto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(2), 426-445.
- Cassarino-Perez, L., Córdova, V. E., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2018). Transição entre o Acolhimento e a Vida Adulta: Uma Revisão Sistemática sobre Intervenções. *Trends in Psychology*, 26(3), 1665-1681.
- Cadastro Nacional de Adoção*. Conselho Nacional da Justiça (CNJ). Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acessado em 02 de dezembro de 2019.
- Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas*. Conselho Nacional da Justiça (CNJ). Disponível em: www.cnj.jus.br/cnca/publico. Acessado em 02 de dezembro de 2019.

- Erikson, E. H. (1971). *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fernandes, A. O. & Oliveira-Monteiro, N. R. (2016). Psychological Indicators and Perceptions of Adolescents in Residential Care. *Paidéia*, 26(63), 81-89.
- Fonseca, P. N. da. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-296.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em 13 de junho de 2019.
- Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009.* Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2. Acessado em 13 de junho de 2019.
- Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017.* Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm. Acessado em 13 de junho de 2019.
- Lemos, S. de C. A., Gechele, H. H. L., & Andrade, J. V. de. (2017). Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, e3334.
- Magalhães, E. & Lopes, J. (2011). Auto-Conceito em Adolescentes Institucionalizadas. *PSICOLOGIA*, XXV(2), 163-180.
- Mastroianni, F. C., Sturion, F. R., Batista, F. S., Amaro, K. C., & Ruim, T. B. (2018). (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 223-233.
- Paludo, S. S., Mazzoleni, M., & Silva, A. P. C. (2018). Expressão de esperança em adolescentes em situação de acolhimento institucional. *Revista da SPAGESP*, 19(1), 76-89.
- Rodrigues, L. A., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407.
- Souza, F. H. O. & Brito, L. M. T. de (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia Clínica*, 27(1), 41-57.
- Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541.
- Winnicott, D. W. (1954). Retraimento e Regressão (Capítulo XX). In Winnicott, D. W., *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (p.347-354). Tradução de Davy Bogomotez. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

- Winnicott, D. W. (1964). A Importância do *Setting* no Encontro com a Regressão na Psicanálise. In Winnicott, C., Shepherd, R., & Davis, M. (Orgs), *Explorações Psicanalíticas: D.W. Winnicott*. (pp.77-81). Porto Alegre: Artmed, 1994.
- Winnicott, D. W. (1967). O Conceito de Regressão Clínica Comparado com o de Organização Defensiva. In Winnicott, C., Shepherd, R., & Davis, M. (Orgs), *Explorações Psicanalíticas: D.W. Winnicott*. (pp.151-156). Porto Alegre: Artmed, 1994.
- Winnicott, D. W. (1986). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.